

NOVO TEMPO

“Inclusão implica redução da desigualdade”

Fundadora do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) assume a Assessoria de Diversidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços com promessa de revolução

» JÁDER REZENDE

“A inclusão social de pessoas negras e pardas no mercado é fundamental para a redução da desigualdade e eliminação da discriminação nos processos seletivos das empresas”, afirma Carmen da Silva Ferreira, 63 anos, considerada umas das principais lideranças na luta por moradia digna no Brasil. Por mais de duas décadas, Carmen esteve à frente do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), um dos mais atuantes de São Paulo.

No mês passado, Carmen Silva foi empossada no comando da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pasta criada pelo atual governo com o objetivo de reabrir o diálogo com os movimentos sociais, abandonado nos últimos anos após amplo desmonte das estruturas de participação popular na esfera pública.

A meta em sua nova função, afirma, é trabalhar de forma integrada com os demais órgãos e instituições do MDIC para desenvolver ações e políticas que promovam a diversidade e a inclusão social no mercado de trabalho. “Para reduzir as desigualdades raciais no mercado de trabalho precisamos atuar em diversas frentes, incluindo a educação, a qualificação profissional e a promoção de políticas públicas que incentivem a contratação de pessoas negras e pardas”, pontua.

Para atingir esses objetivos, prossegue Carmen, serão promovidas ações de capacitação e formação profissional que atendam às demandas específicas

dessas populações, além de criar campanhas de conscientização sobre a importância da diversidade e da inclusão no mercado.

O incentivo ao empreendedorismo é outra importante ação a ser colocada em prática como forma de efetivar a construção de uma sociedade com menos preconceito e discriminação. “Acreditamos que o empreendedorismo pode ser uma ferramenta importante para reduzir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. Por isso, pretendemos desenvolver programas específicos de incentivo entre pessoas

negras e pardas, oferecendo suporte técnico e financeiro para que elas possam iniciar e manter seus próprios negócios”, diz.

Ações efetivas para tentar reverter o quadro de desemprego e de baixa renda entre pessoas negras e pardas também integram as ações da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDIC. “Nosso objetivo é promover políticas públicas que incentivem a criação de empregos formais e a redução da informalidade no mercado de trabalho”, diz, explicando que, para efetivar essas

práticas, buscará parceria com outros órgãos do governo, além de empresas e organizações da sociedade civil. “A ordem é desenvolver políticas de inclusão produtiva e de acesso ao crédito para empreendedores”, frisa.

Conhecida por levar reivindicações e apresentar soluções criativas em todas as esferas nas quais são tomadas decisões que afetam o povo sem endereço e sem visibilidade, Carmen Silva reforça que a inclusão social de pessoas negras e pardas no mercado de trabalho é uma prioridade absoluta da pasta. “Estamos empenhados em



Titular da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDIC, Carmen Silva é reconhecida por seu trabalho de inclusão social no mercado de trabalho

União de forças

Na última quinta-feira, o governo Federal lançou o Formação de Iniciativas Antirracistas (Fiar): tecendo o caminho para a igualdade racial, programa de capacitação de servidores para o combate ao racismo estrutural no serviço público, como forma de ampliar a ocupação de cargos de liderança por gestores negros.

O programa prevê a realização de cursos sobre reservas de vagas para gestores pretos ou pardos e avaliação da Lei 12.990, que destina 20% das vagas dos concursos públicos na administração pública federal para profissionais negros.

trabalhar de forma integrada para reduzir as desigualdades raciais e promover a inclusão no mercado de trabalho”, garante.

Ganhadora de inúmeros prêmios, entre eles o da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas, pela “petulância” em devolver vida a prédios abandonados no coração da capital paulista, contribuiu para amenizar dificuldades de mais de 3 mil pessoas em situação de vulnerabilidade. E considera que a criação das novas assessorias demonstra a vontade de escuta do governo e aponta para a construção de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades sociais. “Com minha experiência na luta digna por moradia e pelo direito à cidade, trago a troca de saberes, o trabalho em rede e a mobilização social em diferentes classes”, finaliza.